



Juntos, conquistamos mais!

A força da GREVE pela carreira e as conquistas da categoria!



A luta dos trabalhadores do Centro conseguiu desengavetar o projeto e forçou o governo a negociar parte das emendas apresentadas pelo Sinteps. Esta edição do *Jornal do Sinteps* resgata um pouco desta história, mostra a situação atual do plano, o que representam o veto ao artigo 4º e o novo projeto de lei que tramita na Assembleia Legislativa. Além disso, sinaliza algumas perspectivas para a organização da nossa categoria

Leia também
**Assédio moral, o mal que
adoece a alma** - Páginas 8 e 9

**INSS no bônus, prejuízos na
greve, remuneração de janelas
e intervalos...**

Na página 10, confira as novas ações do Sinteps

Editorial

As lições da nossa greve

A greve pela carreira foi a maior da história dos trabalhadores do Centro. Não em extensão, mas em qualidade, em envolvimento e em amadurecimento da nossa categoria.

Como educadores que somos – professores e servidores do Centro – é natural querermos tirar dela as lições que possam nos fortalecer enquanto trabalhadores e cidadãos. Antes disso, algumas constatações:

- . Sem a greve, não haveria projeto de lei para alterar nossa carreira;
- . Sem a greve, não haveria vontade política de votar o projeto de carreira;
- . Sem a greve, não haveria alterações na proposta do governo, atendendo algumas das reivindicações da categoria;
- . Sem a greve, não faríamos tantos amigos como fizemos nesta jornada. Gente brilhante e destemida, que não se intimidou diante de tantas ameaças, pressões e opressões.

O trabalho dos grevistas – que se desdobraram em manifestações em todo o estado, conversaram com deputados, foram às câmaras de vereadores – conseguiu algo inédito: efetivamente pressionar os parlamentares estaduais, inclusive os da base governista. Tivemos o apoio efetivo das bancadas do PSOL, PT, PSD e PPS, que protocolaram nossas emendas. O deputado Carlos Giannazi (PSOL), inclusive, apresentou um substitutivo contendo a íntegra da nossa proposta de carreira, aquela discutida e aprovada pela categoria. Tivemos, ainda, declarações públicas de apoio do PCdoB, PDT e parlamentares de vários partidos.

Em cinco semanas, de 17 de fevereiro a 28 de março, a categoria conquistou com a greve o que três anos de discussão com o governo não foram capazes de conseguir. Esta é a prova mais contundente de que somente a luta traz conquistas.

O que conquistamos – fim da limitação de 20% para evolução dos funcionários; fim da limitação de 10% de RJI nas FATECs; consideração das titulações para os docentes, numa terceira etapa de enquadramento; contagem do tempo de efetivo exercício na classe para docentes, auxiliares de docentes e administrativos; pagamento dos dias parados para todos com reposição – é menos do que merecíamos, é menos do que o reivindicado, mas é vitória do movimento.

Era possível conquistar mais? Se olharmos para o momento da greve, a resposta é não. Chegamos onde a força do movimento



conseguiu nos levar.

Se olharmos em perspectiva, a resposta é sim. A nossa organização sindical ainda é pequena nas unidades. Poucas contam com diretores de base, figuras fundamentais para a transmissão de informações e mobilização, principal elo entre Sindicato e categoria. Essa realidade é fruto, em grande medida, da acelerada expansão promovida pelo governo

Alckmin. Triplicamos o número de professores e servidores nos últimos anos e, hoje, estamos na casa dos 20 mil. Destes, parte expressiva é recém-chegada, conhece pouco da história da categoria e do sindicato que a representa.

Em termos de organização, duas tarefas importantes emergem da greve: uma grande campanha de sindicalização e a eleição do maior número possível de diretores de base, inicialmente entre os militantes que tomaram a frente da luta nas unidades. O sucesso destas duas iniciativas, mesmo que aos poucos, é a base necessária para termos futuros movimentos cada vez mais amplos e fortes, necessários para o que ainda temos a conquistar.

Como mostra matéria na página 7, o que não pudemos conquistar nesta greve – política salarial do Cruesp, extensão da licença-maternidade de 180 dias para as celetistas, auxílio-alimentação digno, implantação imediata do plano de saúde – continua em nossas bandeiras, além das reivindicações da data-base 2014 (como o reajuste de 10%) e itens históricos, como a redemocratização das estruturas de poder do Centro, a manutenção do vínculo com a Unesp etc.

Parabéns a todos os que participaram da greve, que ajudaram a construir uma categoria mais aguerrida e mais unida. Agora, é avançar!

Silvia Elena de Lima – presidente do Sinteps

"Em termos de organização, duas tarefas importantes emergem da greve: uma grande campanha de sindicalização e a eleição do maior número possível de diretores de base."

Expediente

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de SP.

Localização: Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro. Cep 01124-060. São Paulo - SP. Fones: (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385.

Endereço para correspondência: Caixa Postal 13.850, Cep 01216-970 - São Paulo - SP.

E-mail: sinteps@uol.com.br Site: http://www.sinteps.org.br www.facebook.com/#!/sindicatodostrabalhadores.sinteps
Jornalista Resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458 - bah0609@bol.com.br) Tiragem desta edição: 5.000 exemplares.



As emendas conquistadas pela categoria

Em termos de adesão e repercussão, a greve de 2014 foi a maior da história da categoria. Ela começou, no dia 17 de fevereiro, com cerca de 80 ETECs e FATECs paralisadas, entre elas boa parte das maiores e mais tradicionais. A estimativa é que, naquele momento, aproximadamente 40% dos trabalhadores cruzaram os braços. Durante a greve, que se estendeu até o dia 28 de março, a adesão sofreu variações, chegando a 110 unidades paradas. Durante cinco semanas, os batalhadores do Centro Paula Souza saíram às ruas, foram às câmaras municipais, visitaram deputados, fizeram história.

A necessidade e o papel cumprido pela greve são fatos incontestáveis. O novo plano

de carreira da categoria, prometido durante a greve de 2011, estava engavetado nas secretarias de governo e nada indicava que fosse chegar à Assembleia Legislativa.

Nos anos de 2012 e parte de 2013, o Sinteps participou de uma série de negociações com a direção do Centro Paula Souza e o fruto destas reuniões foi uma proposta de carreira considerada aceitável. Concluídas as negociações, o projeto seguiu para as secretarias de governo, à espera do aval do governador para ir à Assembleia Legislativa. Mas somente o início da greve foi capaz de fazer o projeto entrar na Alesp, no dia 28 de fevereiro, em plena sexta-feira de Carnaval. O problema é que o texto chegou com vários

cortes em relação ao que havia sido negociado entre Sindicato e Centro.

Diante disso e já no calor da greve, o Sinteps e o Comando Geral de Greve redigiram 25 emendas, com o objetivo de restituir ao plano o que havia sido cortado: reajustes salariais pelo Cruesp (iguais aos pagos na Unesp); licença-maternidade de 180 dias para as celetistas; enquadramento por tempo de serviço para todos; promoção pela titulação, sem avaliação de desempenho, para todos; progressão por tempo de serviço sem avaliação de desempenho; auxílios alimentação e transporte, bem como o retorno da sexta-feira, entre outras.





O dia da votação

26 de março, quarta-feira, foi mais um dia de intensas e emocionantes manifestações dos funcionários, professores e estudantes das ETECs e FATECs na Assembleia Legislativa. Casa cheia, pressão direta sobre os deputados e avanços expressivos para a categoria: esta foi a sequência de fatos que culminou com a votação do PLC 07 e as emendas no plenário da Alesp.

A disposição do governo Alckmin, de nos empurrar o PLC 07 "pelado", da forma que o havia enviado à Alesp, foi rompida pela força de categoria. Terminada a votação, não alcançamos tudo o que queríamos, mas tivemos conquistas importantes. As emendas aprovadas em plenário foram:

- 1) Exclusão da limitação dos 20% para progressão do pessoal administrativo. Ou seja, deixa de existir o bloqueio determinado pelo PLC 07 e todos os que estiverem em condições irão progredir, sem limite de número de pessoas.
- 2) Exclusão da limitação dos 10% do RJI (Regime de Jornada Integral) para docentes das



FATECs. Ou seja, a limitação imposta no PLC 07, de que apenas 10% dos docentes poderiam entrar no regime de RJI, deixa de existir.

3) Contagem do efetivo exercício (tempo de serviço) para TODOS os trabalhadores do Centro Paula Souza, o que permitirá um ganho salarial expressivo, na segunda etapa do plano, que é o enquadramento de 2015. A inclusão dos servidores administrativos nesta regra saiu, literalmente, "aos 45 minutos do segundo tempo" e é uma



grande conquista. Sem esta emenda, somente os docentes e auxiliares de docentes teriam direito ao segundo enquadramento.

4) Consideração da titulação dos docentes de ETECs e FATECs na terceira etapa do enquadramento, em julho de 2016. Isso significa que os docentes que não atingirem (no enquadramento de 2015) o nível equivalente à sua titulação terão novo enquadramento em 2016 para alcançá-lo. **Obs:** Esta era famosa "Emenda A", que somente nos dias seguintes à votação soubemos que não estava no texto final. O conteúdo da "Emenda A" acabou voltando no novo projeto enviado pelo governador à Assembleia Legislativa no dia 22/4/2014, o PLC 17/2014, como mostram matérias nas páginas 6 e 7.



Antes da votação, trabalhadores e estudantes do Centro participaram de uma audiência pública chamada pela Comissão de Educação, a pedido do DCE da FATEC, para discutir a greve e os problemas da instituição: além dos salários baixos, a falta de infra-estrutura em boa parte das unidades.

Na foto acima, fala Neusa Santana Alves, da Diretoria Executiva do Sinteps. Ao lado, Fernando Salvador, Diretor Regional em Jau



Heriane do Prado e Souza (ao centro), servidora da ETEC Aristóteles Ferreira, é cumprimentada pela presidente do Sinteps, Sílvia Elena de Lima, no dia da votação do PLC 07/2014. Ao saber que o governo não aceitaria a emenda que estendia o enquadramento por tempo de serviço aos servidores, ela "enquadrou" o líder do governo, deputado Barros Munhoz, e cobrou dele a palavra empenhada junto aos trabalhadores do Centro. A pressão surtiu resultado.

No dia 11/3, Heriane e Michel Porcincula, da mesma ETEC, protagonizaram a "Caminhada da Dignidade", marchando 30 km da Imigrantes até a Alesp



Diário da greve - Os grandes atos



17/2: Após uma primeira rodada de assembleias setoriais, começa a greve, com ato público em frente às Secretarias de Gestão e de Desenvolvimento.



25/2: No segundo ato da greve, cerca de cinco mil pessoas – professores, servidores e estudantes vindos de todo o estado - percorrem a avenida Paulista



11/3: Novo ato, desta vez percorrendo a Paulista e descendo até a Assembleia Legislativa (Alesp), local em que as próximas batalhas seriam travadas



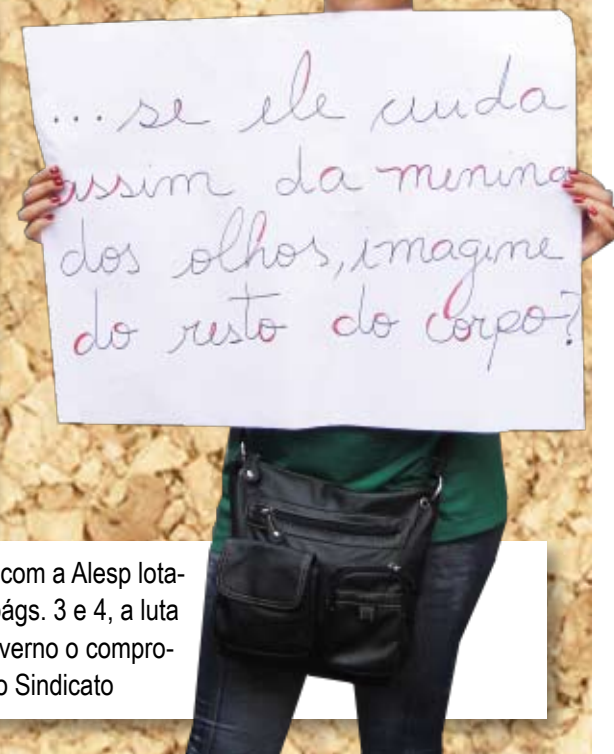
19/3: Com audiência pública na Comissão de Educação, mais uma manifestação na Alesp



25/3: Novo ato sacode a Alesp. O 'rolezinho' da greve, como foi batizado pelos manifestantes, percorre corredores e gabinetes dos deputados, pedindo apoio às emendas do Sinteps



As reuniões do Comando Geral de Greve, na sede do Sinteps, aglutinavam representantes de unidades vindos de todo o estado e apontavam os rumos do movimento



26/3: É o dia da votação, novamente com a Alesp lotada. Como mostram textos e fotos nas págs. 3 e 4, a luta da categoria conseguiu arrancar do governo o compromisso com parte das emendas do Sindicato

Em toda o estado, foram centenas de manifestações

O Facebook do Sindicato funcionou como uma espécie de diário da greve. Nele, representantes sindicais e militantes das unidades postaram fotos e vídeos das atividades realizadas nas cidades, que aconteciam em paralelo aos grandes atos unificados na capital. Abaixo, imagens de algumas delas:



Desinformação, repressão e assédio moral, as armas do patrão na greve

A força da greve pela carreira surpreendeu a Superintendência do Centro e o governo. Logo no segundo dia, 18/2, surgiu comunicado com ameaça de corte do ponto. Aliás, foram dezenas de comunicados durante as cinco semanas da greve, com ameaças e informações falsas (números de adesão fantasiosos, tabelas salariais “superfaturadas” etc.). Em muitas unidades, as direções chegaram a ser “mais realistas que o rei”, pressionando os grevistas, divulgando seus nomes em mídias sociais, en-

tre outras barbaridades.

O jurídico do Sinteps impetrou ação de denúncia do assédio moral durante a greve. A ação está tramitando e pode ser enriquecida com todos os documentos aos quais o trabalhador teve acesso, que possam ser utilizados como prova de que o empregador praticou crime de assédio moral contra os grevistas (comunicados, e-mails, cartas etc). Se você quiser contribuir, envie para sinteps@uol.com.br. Sobre assédio moral, leia mais nas páginas 8 e 9.

A longa espera pela sanção e a notícia do veto

Como era de se esperar, somente na data limite imposta pela Constituição do estado de São Paulo, 22/4/2014, o governador Geraldo Alckmin assinou o texto da nova carreira dos trabalhadores do Ceeteps.

O texto acata as emendas que retiraram a limitação do RJI para os docentes e a limitação dos 20% para progressão dos administrativos. Porém, o governo vetou o artigo 4 das Disposições Transitórias, aquele que previa o enquadramento por tempo de serviço a partir de janeiro de 2015, mostrando que não se importa mesmo com a falta de profissionais nas ETECs e FATECs, bem como não é sua prioridade a recuperação salarial dos trabalhadores do Centro. No projeto original, este enquadramento estava previsto para julho de 2015 e o governador não havia engolido a conquista da categoria em antecipá-lo para janeiro de 2015.

Mas, temendo nova reação, o governador editou, no mesmo dia, outro projeto de lei complementar (PLC), o de número 17/2014, restabelecendo o texto original que prevê o enquadramen-

to nos graus por tempo de serviço para o mês de julho de 2015. Além disso, não teve coragem de retirar da nossa conquista a inclusão do pessoal administrativo desta contagem de tempo. No mesmo projeto, também restituiu o terceiro enquadramento, em julho de 2016, aquele prometido às vésperas da votação do PLC 07 (que ficou conhecido como “Emenda A”), considerando as titulações dos atuais docentes de ETECs e FATECs.

O novo PLC, encaminhado pelo governador em regime de urgência, está seguindo as tramitações da Assembleia Legislativa, com o objetivo de vigorar em julho de 2014, quando começa a valer a nova carreira.

As emendas do Sinteps

Diante destes novos fatos, a direção do Sinteps elaborou emendas ao PLC 17/2014, com dois objetivos centrais: 1) estender a progressão especial (terceiro enquadramento) para os auxiliares docentes e administrativos; 2) corrigir distorções relativas ao salário do pessoal da área da saúde. Veja detalhes na página a seguir.

Queremos 10% de reajuste

Mobilização pela data-base e pela aprovação do PLC 17 com nossas emendas. Veja como participar

No dia 14 de maio, o Conselho de Diretores de Base (CDB) do Sinteps reuniu-se para discutir a mobilização em torno da data-base 2014 e pela aprovação do PLC 17/2014 com as nossas emendas.

Para os trabalhadores que chegam agora ao Ceeteps e que ainda não estão familiarizados com os termos sindicais, data-base é o momento anual em que cada categoria negocia suas reivindicações com o respectivo patrão, entre elas os reajustes salariais. Embora o governo tente passar a ideia de que está tudo “resolvido” com a carreira, isso não é verdade. Carreira é uma coisa; reajuste e data-base são diferentes!

E quando é a data-base dos trabalhadores do Centro?

Historicamente, por conta da existência do vínculo entre Ceeteps e Unesp, a data-base da nossa categoria é 1º de maio, em conjunto com os servidores e professores das três universidades estaduais paulistas.

Até 1995, nossa categoria recebia os mesmos reajustes pagos pelo Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas) na Unesp, Unicamp e USP. Em 1996, com a chegada do PSDB ao governo estadual, a lei deixou de ser cumprida e não tivemos mais os índices do Cruesp. Porém, além de reivindicar a volta do pagamento na justiça, todos os anos o nosso Sindicato é parte integrante das lutas promovidas pelo Fórum das Seis (F6), que engloba os sindicatos e representações estudantis das universidades e o Sinteps.

Em 2014, a reivindicação salarial apre-

sentada pelo F6 é de cerca de 10% (inflação Dieese de maio/2013 a abril/2014 + 3% de reposição de perdas anteriores). Na primeira negociação entre F6 e Cruesp, em 12/5, a proposta dos reitores foi de zero de reajuste, o que desencadeou uma onda de mobilização nas universidades, pois o pagamento da inflação é o mínimo que vem sendo oferecido nos últimos anos.

O F6 convocou mobilizações para 21/5, data de nova negociação com o Cruesp, e em 27/5, quando está marcada audiência pública na Assembleia Legislativa, para discutir o financiamento da educação, entre outros.

A reunião do CDB do Sinteps aprovou integrar nossa categoria a essa mobilização das universidades, inserindo nossas bandeiras centrais deste momento:

- **10% de reajuste na data-base 2014** (seguindo a mesma reivindicação das universidades);
- **Aprovação do PLC 17/2014 com**

Ainda temos muito a conquistar...

21 e 27 de maio de 2014 são dias de mobilização por:

- ▶ 10% de reajuste na data-base 2014
- ▶ Aprovação do PLC 17/2014 com nossas emendas (finalização do projeto de carreira)
- ▶ Manutenção do vínculo Ceeteps/Unesp e política salarial do Cruesp
- ▶ Redemocratização do Centro

21/5/2014: Vamos participar, com os trabalhadores das universidades estaduais paulistas, de um dia de mobilização para que o Cruesp conceda reajuste na data-base 2014 e pela aprovação do PLC 17 com as nossas emendas.
27/5/2014: Vamos participar, também com os companheiros da Unesp, USP e Unicamp, de uma audiência pública na Alesp, às 14h, por mais verbas para a educação e pela aprovação do PLC 17 com as nossas emendas.

Confira todos os detalhes e veja como participar em www.sinteps.org.br

nossas emendas (para finalizar o projeto de carreira). As duas emendas apresentadas pelo Sinteps visam a estender o enquadramento por titulação para os servidores e auxiliares de docentes e a corrigir distorções nos salários do pessoal da área da saúde;

- **Manutenção do vínculo Ceeteps/Unesp e política salarial do Cruesp**

- **Redemocratização do Centro:** Eleições democráticas e paritárias em todas as instâncias de poder da instituição.

Participe

Em www.sinteps.org.br, no item “Fique por dentro”, em “Tramitação do PLC 17/2014”, confira a íntegra das emendas, modelos de moção para deputados e câmaras de vereadores, bem como a lista de *e-mails* dos parlamentares. A indicação aos trabalhadores é que procurem conversar com os deputados de sua região, enviem *e-mails* a todos e busquem o apoio das Câmaras Municipais (no processo de votação do PLC 07/2014, a Alesp recebeu moções de várias Câmaras, o que contribuiu no processo).

Como você se enquadra na nova carreira

O Sinteps vem recebendo centenas de consultas por e-mail, contendo dúvidas dos trabalhadores sobre detalhes práticos de seu enquadramento na nova carreira. A diretoria do Sindicato está organizando um roteiro detalhado e o divulgará em nova edição deste jornal. Isso vai acontecer logo após a votação do PLC 17/2014, que finaliza o plano de carreira para entrar em vigor em julho deste ano.

Como fica a evolução antes do início do plano

Finalizando a carreira atual, a lei 1.044/2008, em junho de 2014 haverá novo processo de evolução funcional. O calendário já foi divulgado pelo Ceeteps e a evolução deve estar encerrada em agosto. Quem evoluir terá a nova categoria retroativa a 1º de junho de 2014, provocando, então, um enquadramento retroativo também na nova carreira.



Luta por mais verbas – Participe das audiências públicas do Orçamento 2015

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2015) do estado de SP começa a ser discutida agora. A Assembleia Legislativa já divulgou o calendário de audiências públicas para debater o assunto. Como fez nos anos anteriores, o Sinteps (em sintonia com o Fórum das Seis) está defendendo o aumento de recursos para a educação: 33% das receitas totais do estado para o conjunto da educação pública, aí inseridos 11,6% do ICMS quota-parte do Estado para as universidades estaduais e estabelecimento de dotação para o Centro Paula Souza (2,1% do ICMS quota-parte do Estado).

A direção do Sinteps está participando das audiências. Além da reivindicação de dotação orçamentária para o Ceeteps, os representantes sindicais estão apresentando emenda que propõe o estabelecimento de verbas para a implantação do plano de saúde dos trabalhadores do Centro, mais verbas para a permanência estudantil e a aprovação do PLC 17/2014 com nossas emendas.

Participe você também. Veja o calendário das próximas audiências:

- . 22/5 (quinta), 10h, Araçatuba
- . 22/5 (quinta), 18h, Bauru
- . 26/5 (segunda), 10h, S.J. dos Campos
- . 29/5 (quinta), 10h, Assis
- . 30/5 (sexta), 10h, Presidente Prudente
- . 2/6 (segunda), 10h, Itapeva
- . 5/6 (quinta), 18h, Barretos
- . 6/6 (sexta), 10h, São José do Rio Preto
- . 9/6 (segunda), 10h, Americana
- . 10/6 (terça), 10h, São Carlos

Observação: todas as audiências são realizadas nas Câmaras Municipais, exceto em Presidente Prudente (sede da OAB).

Assédio moral, o mal que adocece a alma

Se você é vítima, denuncie à Comissão do Sinteps

O assédio moral é um problema crescente nos locais de trabalho e aumenta à medida que se ampliam a exploração, as más condições de trabalho e o arrocho salarial. Os patrões – privados e públicos – assediam os trabalhadores com o objetivo de obrigá-los a engolir tudo isso.

No Centro Paula Souza, não é diferente. Na greve pela carreira, neste início de ano, o assédio moral foi uma prática recorrente da administração central e de várias direções de unidades. Mas o problema acontece também no dia a dia, fora dos períodos de greve. Sabemos que vários trabalhadores sofrem diariamente práticas de assédio, mas não conseguem provas para um processo judicial. De um lado, porque os assediadores não produzem provas contra si; por outro, porque as testemunhas, em geral, têm medo de depor e serem os próximos assediados.

No VII Congresso do Sinteps, realizado em outubro de 2013, foi aprovada a constituição da **Comissão Permanente de Combate ao Assédio Moral**. A comissão, constituída pelos Diretores Regionais e Executivos do Sindicato, já está recebendo denúncias. O caso da FATEC Barueri, em que a direção da unidade é acusada de perseguir e assediar professores, funcionários e alunos, é exemplar de uma situação em que os assediados botaram a boca no trombone.

Não sofra calado, mande sua denúncia para sinteps@uol.com.br. A Comissão quer receber dos trabalhadores os seus



Durante o VII Congresso, os delegados assistiram palestra de Regina Leal sobre o tema. Servidora da USP, primeira a ganhar uma ação de assédio moral na justiça contra uma universidade pública, ela relatou aos presentes a amarga experiência, a superação a partir da denúncia e a militância contra o mal que adocece a alma. Quer saber mais sobre a palestra e a palestrante? Consulte matéria na **Revista dos 20 anos do Sinteps**, em www.sinteps.org.br (**Publicações**)

relatos, para tomar as medidas possíveis, como ações judiciais ou junto ao Ministério Público, denúncia pública dos assediadores etc. Mande informações concretas, bem como a identificação dos assediadores e do trabalhador assediado. Junte todas as provas que puder e, inclusive nomes e endereços de possíveis testemunhas. Todas essas informações serão mantidas estritamente em sigilo pela Comissão.

Na próxima página, confira artigo sobre o tema enviado à Comissão.



Do poder hierárquico, do favoritismo ao assédio moral: chagas da educação

* Por *Regina Santos*

Quando entramos no campo das discussões acerca da formação e capacitação de professores no país, não podemos deixar de lado um assunto muito relevante no cenário da educação e que deve ser tratado com seriedade pela comunidade educativa: o assédio moral, o favoritismo e a hierarquia. Para prosseguirmos com a explanação cabe lembrar alguns pontos defendidos na Constituição Federal de 1988, Art. 205 no que se refere à Educação:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; V - "valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei"

Este breve texto busca clarificar a falta de valorização do professor e da educação no país, cujo trabalho possui objetivo tão nobre e função elementar para vida: promover a cidadania, por conseguinte, o desenvolvimento. Não podemos deixar de lado questões tão essenciais que envolvem a vida do professor e o seu cotidiano; não raro, somos movidos a ter compaixão com muitos profissionais que sofrem no silêncio, com vidas arruinadas por infortúnios ocorridos no cumprimento de seu ofício.

Silêncio, este, que amanhã, certamente refletirá em nossas salas, em nosso trabalho e, em nosso país. Já que aos poucos esta classe tão sofrida vem se extinguindo, exceto aqueles que faz do ofício um "bico" por opção ou necessidade, não nos cabe aqui contestar. Afinal que estímulos pode ter um educador para investir em estudos e aperfeiçoamento, se sua formação não servirá de nada, exceto alguns pontos? Ou ainda, pior, quando submetido ao sistema corrompido o qual é muito bem exposto por André Hanguette em Educação: bico, vocação ou profissão que vale a pena ler, principalmente aqueles que coordenam e dirigem a educação no país. O autor em sua trajetória textual destaca relevantes pontos de um quadro da mediocridade: a troca de favores e, todas as chagas que, infelizmente, perdura na educação, cujo sistema está levando o professor à condição de "biqueiro":

O recrutamento é eletivo de acordo com a vontade pessoal e caprichosa do mandante ou "padrinho". Nesse sentido, é arbitrário, pois obedece senão a interesses sempre fugazes. Se há competição, ela não é de caráter formal e administrativamente posta; ela é de caráter pessoal: fiéis e leais súditos



competem na arte de tocar o coração do mandachuva (Hanguette 1991)

(...) A qualificação exigida não é nem a competência técnica, nem o mérito profissional, mas a benevolência do dono do poder. O merecimento, portanto, é subjetivo, avaliado pelo dono, em troca de "serviços prestados" ou a prestar (...). Hanguette (1991)

Esta brilhante citação da realidade de muitos leva-nos a compreender, dados males que perduram na educação, como exemplo, o assédio moral em que muitas vidas de profissionais sérios podem ser destruídas ou arruinadas, quando não se enquadram ao tal sistema. É fundamental que instituições educativas comecem a dar valor à educação, iniciando pelo respeito à vida e à dignidade dos profissionais, em especial o professor. Furtado (2008) também aponta fatores importantes com relação a base organizacional das instituições as quais devem pautar em processos e funções e não em cargos que simplesmente servem à formação de uma hierarquia e ao endeuamento do poder:

Para que uma instituição atinja status de instituição flexível, sua estrutura organizacional precisa estar fundamentada em processos, e não em cargos. Os funcionários precisam ter funções que possam variar de acordo com as mudanças dos processos internos de produção. Quando a divisão do organograma for por cargos, a tendência de rigidez na percepção da necessidade de mudanças nos processos é muito grande (FURTADO, 2008, p.135).

Além disso é preciso lembrar da formação humanista pautada em princípios éticos retratando a realidade ao aprender e, promover uma educação global, não favorecendo a "cegueira" a futuros dirigentes do país:

Devem-se incluir nas escolas, em seus currículos, de forma transdisciplinar, conteúdos que resgatem conceitos éticos, em benefício da formação dos estudantes que serão futuros dirigentes de empresas, de suas famílias e quem sabe até de

nosso país.(FURTADO, 2008, p.163)

É necessário retomar a discussão da conduta ética, dos valores e das atitudes, do respeito, da solidariedade, da generosidade e de tantas outras ultimamente adormecidas e incluí-la claramente nos projetos educacionais, proporcionando a essas crianças e jovens de hoje um futuro em que possam atuar eticamente, quando se tornarem profissionais. É fato de que se não houver uma mudança, e que esta mudança deve ser urgente, estaremos fadados a retroceder a um mundo cada vez mais selvagem.(FURTADO, 2008, p.163-164)

Dentre as finalidades da Educação Básica, destaca-se o "pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania" e "aprimoramento como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico" (Brasil 1999, apud, Piranha & Carneiro, 2009)

Retrocessos ao mundo selvagem, como esses, infelizmente não estão distantes de nossa realidade cotidiana, basta parar e estender as mãos ao próximo e saber ouvir sem temer o poder, o "castigo" dos "cegos" e dos "surdos", sedentos de educação que ao invés de promover sonhos, tolhem vidas.

Por fim nota -se ausência de estudos acerca deste severo quadro que assola a educação no país como assédio moral na educação. Muitos, certamente, sofrem em silêncio, mas cabe atentarmos para o número de ações que, certamente arrolam na justiça, daqueles que buscam de algum modo lutar pelos seus direitos e possuem a sorte de conseguir. Já que muitos certamente não o conseguem. Fica a sugestão para pesquisas e, combate deste quadro doloroso, enfrentado por muitos profissionais da educação em especial, os professores, a quem caberia o exercício de semear sonhos e, por maldade alheia acabam com seus próprios sonhos destruídos.

* *Regina Santos é geóloga e professora do Centro Paula Souza.*

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Título VIII Da Ordem Social Capítulo III Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I Da Educação

HAGUETTE, André. Educação: bico, vocação ou profissão. Educação & Sociedade, n.38, abril\91.

FURTADO, Ana Maria. **Pedagogia Empresarial e o Processo Educativo na Empresa**. ESAB-Escola Superior Aberta do Brasil. 2008, p. 135, 163-164

PIRANHA, Joseli Maria; CARNEIRO, Celso Dal Ré. **Revista Brasileira de Geociências** 39(1): 129-137, mar. de 2009

INSS no bônus, prejuízos na greve, remuneração de janelas e intervalos...

Sinteps patrocina novas ações. Confira e veja como você se insere

O meio jurídico é uma das importantes frentes de atuação do Sinteps, em sintonia com as ações políticas e sindicais da entidade. Assim, os advogados estão sempre atentos às possibilidades e necessidades de novas ações. Sabemos que os resultados são imprevisíveis, pois a justiça, infelizmente, não é uma instância neutra e também repercute interesses governamentais e de grupos. Mas também é verdade que se abrem brechas neste campo, às vezes por conta de divergências políticas na classe dominante ou mesmo por iniciativas de magistrados progressistas.

Nesta última greve, a postura do governo/Centro, muitas vezes até ferindo a lei, trouxe prejuízos aos trabalhadores. O escandaloso assédio moral nas unidades já é tema de ação impetrada pelo Sindicato. Mas houve mais problemas. O atraso na devolução dos descontos dos dias parados, levando os grevistas a pagarem juros e multas em suas contas pessoais, é um deles.

Em paralelo às questões decorrentes da greve, o jurídico do Sinteps detectou outras que exigem respostas judiciais, como a falta de critérios claros para pagamento e o ilegal desconto do INSS no bônus, a reivindicação de pagamento das janelas e intervalos de aulas etc.

Quem tem direito

Os filiados ao Sinteps não têm custos para impetrar quaisquer ações. No caso das Ações Cíveis Públicas (ACP), que são coletivas, o Sindicato sempre reivindica que eventuais vitórias sejam estendidas a toda a categoria, porém, a decisão sobre isso cabe a cada juiz. Ele poderá estender sua decisão para todos (filiados ou não) ou solicitar ao Sindicato a apresentação da lista dos filiados.

Se você ainda não é filiado e tem interesse nestas e outras ações (confira a lista em www.sinteps.org.br, no item Jurídico), pode se sindicalizar a qualquer tempo (veja como no item Sindicalize-se).

A seguir, confira detalhes sobre cada uma destas novas ações e como você se insere nelas.



Ressarcimento dos prejuízos pelo atraso da folha suplementar

Será impetrada uma Ação Civil Pública (ACP), solicitando o ressarcimento dos prejuízos financeiros ocasionados pelo pagamento dos grevistas em folha suplementar apenas no dia 16/4/2014. Ou seja, decorridos 10 dias do pagamento da folha normal do mês. Por ser uma ACP, a ação é coletiva. Portanto, ninguém precisa mandar nenhum documento para fazer parte dela.

Ressarcimento da cobrança de INSS do Bônus Resultado

Será impetrada uma Ação Civil Pública (ACP), solicitando o ressarcimento da cobrança do INSS referente ao Bônus, feita a maior no mês seguinte. Por ser uma ACP, a ação é coletiva. Portanto, ninguém precisa mandar nenhum documento para fazer parte dela.

Crítérios para pagamento do Bônus

Será impetrada uma Ação Civil Pública (ACP), questionando o fato de que os trabalhadores do Centro têm metas a cumprir, para receber o Bônus. No entanto, eles são informados sobre quais são estas metas às vésperas do pagamento, o que se configura num absurdo. Por ser uma ACP, a ação é coletiva. Portanto, ninguém precisa mandar nenhum documento para fazer parte dela.

Ressarcimento do IR cobrado no pagamento do Bônus

Serão impetradas ações trabalhistas individuais, com o objetivo de pleitear a isenção de Imposto de Renda sobre o pagamento do Bônus, até o limite de R\$ 6.270,00. A ação pede que seja dado ao Bônus Resultado o mesmo tratamento concedido à Participação em Lucros e Resultados (PLR). Os documentos necessários são:

- 1) Procuração preenchida e assinada (está disponível no site).
- 2) Declaração de pobreza preenchida e assinada (está disponível no site).
- 3) Cópia simples do RG, PIS, CPF e comprovante de residência..

- 4) Cópia dos holerites do Bônus Resultado dos últimos cinco anos (desde que o valor recebido em cada ano não exceda R\$ 6.270,00)
- 5) Celetistas: Cópia simples da Carteira de Trabalho (das págs. com foto, dados pessoais e anotação do contrato de trabalho do Ceeteps).
- 6) Para os estatutários: Cópia simples da publicação do Diário Oficial onde constam a nomeação e a posse do cargo ocupado.

Remuneração de janelas e intervalos

Serão impetradas ações trabalhistas individuais, destinadas apenas para os docentes horistas. Na ação, será pedida a remuneração das janelas durante a jornada (espaço vago entre aulas, que obrigada o professor a ficar na unidade, sem remuneração). Na mesma ação, será solicitado o pagamento dos intervalos de aulas (o "recreio"), por considerar que se trata de um tempo em que o profissional está à disposição da unidade. Quem tiver interesse em receber estes dois pagamentos retroativamente aos últimos cinco anos, deve enviar os documentos que comprovam a jornada de trabalho deste período. A lista completa de documentos necessários é a seguinte:

- 1) Procuração preenchida e assinada (está disponível no site).
- 2) Declaração de pobreza preenchida e assinada (está disponível no site).
- 3) Os três últimos holerites.
- 4) Cópia do RG, CPF, comprovante de endereço e PIS.
- 5) Cópia simples da Carteira de Trabalho (das páginas com foto, dados pessoais e anotação do contrato de trabalho do Ceeteps).
- 6) Comprovante da grade horária dos últimos cinco anos, indicando em relatório à parte qual era o intervalo diário e quantas janelas tinha por semana, no período da manhã, tarde (se houver aula) e noite. O pedido de remuneração das janelas será feito por período do dia.

Detalhes no site

Em www.sinteps.org.br, no item Jurídico, confira a lista das ações patrocinadas pelo Sinteps e os documentos necessários. Para mais informações e dúvidas sobre a documentação, escreva para juridico@sinteps.org.br, ou ligue para (11) 33131528 ou (11) 33135385, com Rafaela.

BALANÇO PATRIMONIAL 2013

(Sinteps - Período de 01/01/2013 a 31/12/2013)

CONTAS DO ATIVO - EXERCICIO 2013		
CIRCULANTE		
DISPONIVEL		R\$ 615.137,28
Caixa		R\$ 640,68
Bancos C/Movimento		R\$ 307.722,68
Aplicações Financeiras		306.773,92
OUTROS CREDITOS		R\$ 114.473,25
Créditos diversos		R\$ 113.473,25
Adiantamento para despesas		R\$ 1.000,00
PERMANENTE		
IMOBILIZADO		R\$ 52.800,19
Bens móveis		R\$ 47.908,73
Bens intangíveis		R\$ 4.891,46
TOTAL DO ATIVO		R\$ 782.410,72
CONTAS DO PASSIVO - EXERCICIO 2013		
CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTOS		R\$ 16.696,77
Salários a pagar		R\$ 9.105,57
Encargos sociais a recolher		R\$ 5.737,80
impostos e taxas a recolher		R\$ 1.853,40
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R\$ 272.708,78
Fornecedores a pagar		R\$ 775,00
Obrigações diversas		R\$ 271.933,78
PROVISÕES		R\$ 12.501,90
Provisão Férias		R\$ 12.501,90
PATRIMÔNIO SOCIAL		
PATRIMONIO SOCIAL LIQUIDO		
Patrimonio Social Liquido		R\$ 181.150,99
Superavit Acumulado		R\$ 299.352,28
TOTAL DO PASSIVO		R\$ 782.410,72

DEMONSTRAÇÃO DE SUPERAVIT EXERCICIO 2013		
RECEITA EXERCICIO		
RENDA SOCIAL		
Contribuição de Associados		R\$ 39.984,17
Outras Receitas Operacionais		R\$ 1.788.328,55
Rendimentos de aplicações financeiras		R\$ 24.360,35
TOTAL DA RECEITA		R\$ 1.852.673,07
DESPESAS - EXERCICIO		
ADMINISTRAÇÃO GERAL		R\$ 755.729,16
Administração Geral		R\$ 755.729,16
DESPESAS GERAIS		R\$ 1.010.055,79
Despesas Gerais		R\$ 622.915,32
Despesas Sindicais		R\$ 387.140,47
Despesas Tributárias		R\$ 31.151,70
Despesas Financeiras		R\$ 20.479,78
TOTAL DAS DESPESAS		R\$ 1.817.416,43
SUPERAVIT		R\$ 35.256,64

Presidenta
Silvia Elena de Lima
CPF: 065.621.648-42

Contador
Vanderlei Zancan
CPF/CRC: ISP174.143/JO-3

RELATÓRIO IMPOSTO SINDICAL 2013

RECEITAS

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	R\$ 1.038.549,07
DEVOLUÇÃO CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	R\$ (43.979,66)
TOTAL	R\$ 994.569,21

DESPESAS

CORREIO	R\$ 45.768,13
REFORMA	R\$ 142.559,93
GASTOS DIRETORIA EXEC./CONSELHO DE BASE (Reuniões, alimentação, transporte, hospedagem, viagens do trabalho de base e sindical)	R\$ 62.191,97
CAMPANHA SALARIAL	R\$ 80.948,46
ASSESSORIA JURÍDICA (Salários, Custas Processuais, Custas de peritagem, Diligências, Acompanhamento de audiências etc.)	R\$ 222.745,70
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	R\$ 2.056,43
CONGRESSO	R\$ 123.328,03
CARTÓRIO	R\$ 177,17
BENS DE NATUREZA PERMANENTE	R\$ 16.097,85
TOTAL	R\$ 695.873,67



Fortalecer a entidade representativa da categoria

Sinteps inicia campanha de sindicalização

Nosso Sindicato é jovem. Nasceu em 1993, da fusão da ASPS (Associação dos Servidores do Ceeteps) com a Adeteps (Associação dos Docentes das Escolas Técnicas do Ceeteps).

Nestes 20 anos, o tamanho das nossas conquistas, em grande medida, tem sido proporcional à força da entidade representativa da categoria. Para cumprir mais e mais o seu papel, o Sinteps precisa se fortalecer. E sindicato forte só existe quando os trabalhadores participam dele.

Sozinho, cada um de nós é frágil.

Juntos, conquistamos mais!

Se você ainda não é sindicalizado, chegou a hora! Converse com um representante do Sinteps ou confira as dicas para se filiar em www.sinteps.org.br, no item 'Sindicalize-se'.

Além das lutas...

Entidade mantém convênios

O Sinteps sabe que algumas iniciativas, embora simples, facilitam a vida dos trabalhadores. Por isso, tem uma política de fazer convênios que possam contribuir no dia a dia da categoria.



No site do Sindicato (www.sinteps.org.br, no item Convênios), o filiado encontra uma lista de todos os disponíveis, com os detalhes sobre descontos e formas de uso. São convênios com alguns planos de saúde e odontológicos, farmácias, lazer (colônias e pousadas), agências de viagem, instituições de ensino particulares, estética, oficinas mecânicas, seguros, dança de salão e outros.

Se você tem sugestões de outros convênios em sua cidade, escreva para sinteps@uol.com.br e informe os detalhes.

Assistência jurídica gratuita aos filiados

O Sinteps conta com os serviços de J. Hassan Advogados Associados, oferecendo assistência gratuita aos filiados em ações coletivas e individuais relativas às questões profissionais contra o Ceeteps. O atendimento pode ser feito pessoalmente, às quartas-feiras, com agendamento prévio por telefone (11-33131528) ou pelo e-mail juridico@sinteps.org.br.

O atendimento também pode ser feito por telefone: neste caso, é possível fazer um agendamento (pelo mesmo telefone ou e-mail), para que o advogado ligue ao filiado em horário combinado.



Folder da campanha! Sindicato forte se constrói com participação!